

Federais ferem índio a bala na Guarita

Versão oficial fala em tentativa de seqüestro, mas os índios negam

O clima de tensão existente na Reserva Indígena da Guarita, onde contingentes da Polícia Federal impedem a colheita das safras de soja e milho, além de terem isolado a área, culminou com ferimentos à bala em um dos indígenas que reside no local. Policiais federais que circulam pela reserva, armados de metralhadora impedem a aproximação dos brancos e não permitem que os índios saiam da reserva. E a Polícia Federal informa em Porto Alegre que um grupo de índios tentou seqüestrar o chefe do posto.

O índio Hélio Alves, da reserva da Guarita de Miraguai, foi baleado na perna na manhã de ontem durante um incidente com agentes da Polícia Federal. Segundo o índio Domingos Ribeiro, mais de 100 indígenas compareceram ao encontro que estava previsto para as 10h de ontem com o coronel Aneal Lemos Gonçalves, que é o assessor da presidência da Funai em Brasília, na vila Irapuá, onde seria debatido o problema da colheita da safra de milho. Porém, como os representantes da Funai não compareceram, os índios lotaram um caminhão e se dirigiram para o centro de treinamento na tentativa de conseguir falar com funcionários do órgão.

Na volta de Irapuá, os índios se defrontaram com agentes da Polícia Federal que, segundo Domingos Alves, teriam disparado dois tiros de revólver, tendo um atingido Hélio Alves na altura da perna. O ferido foi atendido no hospital Santo Antônio, em Tenente Portela, pelo médico Hélio Segura, tendo sido constatado que a bala passou de raspão, e não se alojou.

Até o final da tarde de ontem, mais de 400 índios aguardavam no posto indígena de Irapuá um encontro com os representantes da Funai para decidir o impasse criado para a colheita da produção agrícola, agravado com a presença dos policiais federais que estão interditando as estradas de acesso à reserva.

DENÚNCIA
"A Funai tem planos de colher todo o milho e a soja e ficar com tudo", assim desabafou o índio Domingos Ribeiro na tarde de ontem na Prefeitura Municipal de Miraguai. Ele diz que o órgão quer dar apenas 30% para os colonos, mas que os

índios não concordam com isso porque "estamos vivendo tudo em conjunto, e abaixo de Deus somos todos iguais". Além disso, conforme explicou, a Funai não teria explicitado qual a parte que caberia aos índios.

Segundo o secretário da Prefeitura, Jocelito Sobran, provavelmente a decisão com relação à colheita somente sairá amanhã à noite, durante uma reunião dos prefeitos de Miraguai, Tenente Portela e Redentora com os representantes da Funai. O acordo entre o indígena e o colono, que não é permitido pelo estatuto do índio, tem sido proveitoso para este último, já que o agricultor tem dois elementos básicos para a agricultura: tecnologia e máquinas.

SINDICATO
O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Walter Irber, acredita que o clima criado na Reserva da Guarita é "uma manobra dos latifundiários que querem ganhar lucros com esta situação". Segundo afirma, existe apenas uma minoria de pequenos agricultores que ainda estão plantando na reserva indígena.

Enquanto diz ele, os grandes proprietários possuem acordos com a cúpula indígena. Por isso, "os latifundiários desmentem a área indígena e possuem grandes áreas dentro da reserva". Porém, continua, "a situação agora se agravou porque a Polícia Federal interditou a área e não está deixando nem o próprio índio colher".



O clima é de revolta entre os indígenas

Nota oficial fala que há muita tensão

O coordenador regional da Polícia Federal, José Antônio Hann, manifestou-se, na tarde de ontem, sobre a situação na Reserva Indígena de Guarita. "A situação é tensa, deslocamos efetivos de Porto Alegre e cidades vizinhas, mas nego a existência de presos, mortos ou feridos", dizia ele. E Hann admitiu apenas a ocorrência de um incidente grave na região: "Foi uma tentativa já contornada, dos índios, de seqüestrarem o chefe do posto indígena". Ele informou também que foram suspensos os negócios entre índios e brancos — "que é ilegal, pois o índio é tutelado pelo Estado" — e anunciou que a Funai vai recolher a safra de milho: "Os agricultores vão receber o que têm direito e os índios serão ressarcidos através de sua comunidade, pois não serão indenizados individualmente. A presença da Polícia Federal, na região, visa apenas garantir o trabalho realizado pela Funai e apaziguar os ânimos de índios e brancos".

Prefeito quer fim do embargo às colheitas

O prefeito de Miraguai, Noedi Rodrigues de Almeida, quer ver os 300 colonos da cidade colhendo as 12 mil toneladas de milho plantadas na Reserva Indígena de Guarita. Esta posição vai ser defendida no importante encontro marcado para as 20 horas de quinta-feira na prefeitura local, que reunirá o coronel Anael Lemos Gonçalves, assessor da presidência da Funai, em Brasília, os prefeitos de Redentora e Tenente Portela e representantes dos agricultores. Depois de participar da assinatura de um convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura com vários municípios do interior do Estado, no Palácio Piratini, Noedi de Almeida manteve um breve e reservado contato com o governador Amaral de Souza para tentar a garantia da colheita dos produtos plantados na área indígena. "Não é justo que os colonos, depois de pagarem o que os índios pediam para que pudessem cultivar na reserva, tenham que entregar toda a colheita para a Funai", dizia o prefeito de Miraguai.

Na verdade, a ação conjugada da Funai e da Polícia Federal, na região, sur-

preendeu muita gente. Desde 1975, quando a Funai apreendeu a colheita da safra sem indenizar os colonos sem terra da região e recolheu todos os contratos de arrendamento em posse dos invasores da reserva, os índios e colonos teriam passado a estabelecer acordos para o aproveitamento da terra. Os funcionários do órgão federal que presenciaram os negócios sempre mantiveram-se coniventes, segundo Noedi de Almeida. E, agora, surpreendentemente, uma mudança radical no comportamento dos agentes da Funai, enquanto crescem os boatos na cidade de que os funcionários tentariam um acordo com os colonos, ficando com 60 por cento da produção.

O impasse, na reserva, não poderia deixar de causar impacto numa cidade com apenas 2.700 habitantes. Estão em jogo nada menos que 200 mil sacas de 60 quilos de milho prontos para serem recolhidos — uma produção avaliada, hoje, em Cr\$ 140 milhões — e 500 mil sacas de soja que poderão ser colhidos durante o ano. O prefeito de Miraguai garante que 90 por cento dos agricultores já indenizaram os aproximadamente 2.200 índios caingangues e guaranis da área e que o único problema é mesmo a ação da Polícia Federal e da Funai. "Isso porque os índios e os colonos sempre se deram bem, na maior tranquilidade", observava Noedi de Almeida. "Enquanto isso", complementava ele, "nada se falou quando grande quantidade de madeira desapareceu da área nos últimos anos".

Governador intervém e diz que vai haver paz na área

O governador Amaral de Souza, após receber uma comissão do PDS de Redentora, Campo Novo e Miraguai, assegurou aos agricultores próximos à área indígena de Guarita, a tranquilidade para que possam fazer a colheita dos produtos plantados nas terras pertencentes aos índios.

Os agricultores vizinhos àquela área indígena arrendaram aos índios suas terras, para plantarem na região, mediante o pagamento de uma percentagem sobre o total dos produtos colhidos. Agora, na época da colheita, o representante da FUNAI, na reserva, impediu que os colonos a realizassem, inclusive com a apreensão de máquinas, apesar da concordância dos índios em deixar os agricultores agirem.

Ao serem recebidos pelo governador Amaral de Souza, o presidente do PDS de Redentora, João Cordelino Machado; Alceu da Silva Borges, delegado do PDS de Redentora; Jacinto Fahim Machado, presidente do PDS de Campo Novo; Alfredo Molwer, delegado do PDS de Miraguai; Arnaldo Hermann e Armindo Schrader, de Miraguai; Alivo Rebelatto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Miraguai; e Dinisio Rockembach, também daquele sindicato, obtiveram do chefe do Executivo pronta solução ao problema criado naquela reserva indígena.

O governador Amaral de Souza, por telefone, conversou com o presidente da FUNAI, em Brasília, e dele obteve a liberação da área para que os colonos realizem a colheita na terra dos índios.

Determinou o Governador do Estado que amanhã o chefe da Casa Militar, coronel Luís Diógenes Chaves Couto, viaje acompanhado da comissão que esteve hoje no Palácio Piratini, levando ao representante da FUNAI na reserva, a palavra oficial do Governo do Estado e da FUNAI, liberando as lavouras para colheita.

O deputado Rubens Ardenghi, que esteve acompanhando a comissão ao Palácio Piratini, ao final da audiência disse ao Governador que se sentia reconfortado com a pronta e enérgica ação do Governo do Estado, determinando, através de medidas cabíveis, a devolução da tranquilidade aos agricultores daquela área. Enfatizou o deputado que "é exatamente esta a função do Governo, assegurando os direitos do povo em harmonia com os diversos segmentos da sociedade. Congratulo-me, com o Governador do Estado, e meu partido, o PDS, que ouvindo as reivindicações dos agricultores, possibilitou que o Governo do Estado tomasse essas medidas harmoniosas, solucionando impasse na área próxima a Miraguai".